

FORUM PARA A
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

GOVERNAÇÃO DA INTERNET

LISBOA, 8 JULHO 2010



UMIC

Agência para
a Sociedade
do Conhecimento

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Fundação para a Computação Científica Nacional



LINI

Lisbon Internet and Networks Institute

Mensagens de Lisboa

Lisboa, 8 de Julho de 2010

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC)
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Taguspark, Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Ed. Qualidade, B2-3A
2740-120 Porto Salvo
Portugal



This work is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial-Share Alike 3.0 Unported License.

To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/>.

Objectivos

O objectivo do **Forum para a Sociedade da Informação – Governação da Internet**, organizado no dia 8 de Julho de 2010 a seguir à sessão pública do [World Internet Project](#) (7 de Julho também no ISCTE-IUL) pela [UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP](#) em colaboração com a [FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional](#) e o [LINI – Lisbon Internet and Networks Institute](#), foi debater alguns dos aspectos principais da **Governação da Internet**. Os assuntos considerados foram: liberdade, privacidade e segurança; neutralidade da Internet, normas abertas e inovação; os desafios levantados por novas formas de criação e disponibilização de conteúdos digitais, e redes sociais. Todas estas questões envolvem grandes desafios associados às enormes transformações induzidas pela Internet na comunicação global e às suas radicais consequências para mudanças sociais e económicas em quase todas as áreas de actividade humana. Estas questões também são centrais para a nova iniciativa **Agenda Digital para a Europa 2010-2020** considerada no âmbito da **Estratégia União Europeia 2020**.

A **Governação da Internet** recebeu atenção mundial ao mais alto nível no âmbito da **Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS – World Summit on Information Society)** que se realizou no âmbito da ONU em duas sessões, uma em Genebra, em 2003, e outra em Tunes, em 2005. Nesta última, foi criado o **Forum de Governação da Internet (IGF – Internet Governance Forum)**, com uma orientação explícita para envolver de forma aberta e em pé de igualdade todos os *multistakeholders*, incluindo governos e administrações públicas, comunidades técnica e académica, empresas e sociedade civil. O funcionamento do **IGF**, com o envolvimento de *multistakeholders* no debate dos vários temas da **Governação da Internet**, veio dar um novo impulso e alargar um movimento iniciado em 1998 na **ICANN – Internet Corporation for Assigned Names and Numbers** para a gestão do DNS.

O **IGF** reuniu todos os anos desde então, sucessivamente em Atenas (2006), Rio de Janeiro (2007), Heyderabad (2008), Sharm El Sheik (2009), e reúne este ano em Vilnius, em 14-17 de Setembro. O processo do **IGF** global disparou um movimento de organização de vários fóruns regionais (8) e nacionais (14) explicitamente dedicados à **Governação da Internet** (ver uma lista no sítio do **IGF** na Internet, em <http://www.intgovforum.org/cms/regional-igfs>).

O **IGF Europeu** foi lançado com o nome **EuroDig – European Dialogue on Internet Governance** e teve sessões anuais desde 2008 (em Estrasburgo, Genebra e Madrid). O presente **Forum para a Sociedade da Informação – Governação da Internet** assume-se como o **IGF** de Portugal.

O **Forum para a Sociedade da Informação** tem uma longa tradição em Portugal. Foi iniciado em 1996 com várias sessões que envolveram diversos actores com interesses na Sociedade da Informação (*multistakeholders*) num amplo movimento que resultou no [Livro Verde para a Sociedade da Informação](#), publicado em 1997, um roteiro completo e arrojado que manteve a actualidade e força inspiradora por mais de uma década e foi, na Europa, uma iniciativa pioneira cujas linhas mestras anteciparam as de iniciativas que foram sucessivamente adoptadas pela União Europeia para a Sociedade da Informação durante toda uma década (*eEurope, eEurope2005, i2010*).

Várias questões da Governação da Internet foram debatidas em reuniões do Forum da Sociedade da Informação, mesmo antes deste tópico ter alcançado a notoriedade que assumiu na preparação das duas sessões da **WSIS**, em 2003 e 2005, e subsequentemente. No entanto, o **Forum para a Sociedade da Informação – Governação da Internet** realizado no dia 8 de Julho de 2010 foi a primeira sessão integralmente dedicada à Governação da Internet. Reuniu cerca de 100 participantes de administrações públicas, universidades, instituições de investigação, empresas e ONGs. As intervenções foram em português ou inglês e houve um serviço de tradução simultânea. O fórum foi emitido em vídeo em tempo real pela Internet e os respectivos arquivos estão disponíveis no sítio da UMIC na Internet em [Forum para a Sociedade da Informação – Governação da Internet](#).

O presente documento contém um conjunto de mensagens dos participantes do Forum. Estas mensagens não são textos negociados, mas sim o que a UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP identificou como as mensagens-chave do encontro.

Agradece-se especialmente ao [WIP – World Internet Project](#), em particular ao Professor Gustavo Cardoso do *Lisbon Internet and Networks Institute (LINI)* e ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, e à Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), em especial ao seu Presidente, Professor Pedro Veiga. A preparação do presente texto baseou-se nas notas coligidas pela equipa de Relações Internacionais da UMIC dirigida por Ana Cristina Neves, nomeadamente, por Elisabete Pires e Margarida Ribeiro, com o apoio de Charlotte Simões.

Mensagens-Chave de Lisboa

LIBERDADE, PRIVACIDADE E SEGURANÇA são fundamentais na Internet. O enquadramento tradicional para a protecção da liberdade e privacidade nos meios de comunicação social encontra desafios resultantes da Internet ser de muitos-para-muitos, desmaterializada e transfronteiriça/global. Devido precisamente a estas características, a Internet pode expandir fortemente a liberdade de expressão e associação, com os utilizadores regulares a tornarem-se produtores e analistas de informação, mas estes direitos têm de ser protegidos de forma apropriada. A liberdade dos fluxos de informação tem de ser delicadamente equilibrada com a privacidade; retenção de dados, *user profiling* e acesso não autorizado a informação pessoal são ameaças sérias à privacidade que têm de ser mitigadas pela adopção de um novo enquadramento equilibrado que também deve responder aos novos desafios que surgem de Redes Sociais, Internet das Coisas e Computação em Nuvem. Muitas questões de liberdade, privacidade e segurança requerem um enquadramento acordado internacionalmente devido à natureza global da Internet. Precisamos de um ambiente de confiança e segurança na Internet, mas é inaceitável baseá-lo em imposição de leis, policiamento e vigilância do tipo “*big-brother*”, dado que tal entra em conflito com liberdade e privacidade. Muito mais decisivo para o aumento da confiança na Internet é a promoção sistemática da literacia digital como um bem básico de educação e cidadania que permita às pessoas protegerem a liberdade e a privacidade de forma apropriada, agirem em segurança e defenderem-se de ameaças de segurança.

NEUTRALIDADE DA INTERNET E NORMAS ABERTAS são vistas por alguns como essenciais para a inovação conduzida pelo utilizador e para a interoperabilidade alargada de aplicações e serviços baseados na Internet, mas outros objectam à neutralidade com base nas necessidades de serviço de qualidade, segurança e gestão de tráfego tendo em vista aplicações e serviços que necessitam de diferentes larguras e latências de banda. Possíveis quebras de neutralidade da Internet sem restrições são ameaças óbvias à concorrência em mercado aberto. O conflito de interesses das operadoras de telecomunicações relativamente a serviços de VoIP de terceiros que competem com os seus sistemas de comunicações de voz foi enfatizado como um exemplo dos riscos envolvidos, tal como os relativos a Fornecedores de Serviços de Internet (*ISPs*) independentes. Regulações sensatas são necessárias e devem assegurar que a generatividade da Internet é preservada, para que se mantenha uma plataforma de aplicações inovadoras desenvolvidas nas extremidades das ligações (*end-points*) por qualquer utilizador, para assegurar a concorrência nos mercados, para fornecer uma Internet que funcione bem, e acima de tudo para assegurar transparência verificável relativamente a qualquer interferência com a informação comunicada e as políticas associadas.

FERTILIDADE DE CRIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONTEÚDOS requer novos modelos de negócio, quadros regulamentares e aplicação da força da lei para que se proteja apropriadamente os interesses dos autores enquanto se assegura aos utilizadores justo uso de conteúdos digitais que tenham adquirido. A contribuição da Internet para uma distribuição facilitada, alargada e a baixo custo de conteúdos permite alcançar mais utilizadores, mas modificou substancialmente a partilha de valor existente na produção e na cadeia de distribuição de conteúdos, conduzindo à necessidade de restabelecer um sistema que assegure a justa compensação dos autores. Também é necessário clarificar o papel que a televisão pública pode desempenhar como produtora de conteúdos.

REDES SOCIAIS apresentam enormes oportunidades e novos desafios. A privacidade, a gestão de identidade, os perfis de utilizadores, o direito dos utilizadores apagarem a sua informação, a preservação dos dados pessoais, por exemplo, requerem novas soluções para os contextos de redes sociais. Também é necessário promover de forma sistemática a literacia dos *media* digitais, dado que a evidência demonstrou que o uso seguro e a confiança em aplicações e serviços da Internet são essencialmente dependentes da experiência do utilizador com esses meios. As redes sociais estão a tornar-se meios inevitáveis para estender o envolvimento de *stakeholders* em empresas, em entidades públicas e em organizações sem fins lucrativos, e para aumentar o valor profissional de indivíduos. Estes desenvolvimentos levantam a necessidade de equilibrar os interesses legítimos dos diferentes *stakeholders* e de prevenir possíveis abusos empresariais, e também a questão de como conciliar regulação, co-regulação e o alcance global das empresas multinacionais envolvidas.

DEBATE ABERTO COM MULTISTAKEHOLDERS SOBRE A GOVERNAÇÃO DA INTERNET é considerado essencial e necessita de continuidade devido à natureza de mudança altamente dinâmica da Internet que está permanentemente a trazer novos assuntos e velhos assuntos em formas diferentes. O Fórum de Governação da Internet da ONU (*IGF – Internet Governance Forum*) tem fornecido uma valiosa e insubstituível plataforma para debate regular e está a contribuir para identificar os problemas principais e construir entendimento comum sobre questões difíceis de uma forma que era impossível concretizar com os esquemas e as instituições que existiam anteriormente. Mas ainda mais importante é o *IGF* ter disparado um amplo movimento de criação de *IGFs* regionais e nacionais num processo muito semelhante ao do crescimento de uma rede aberta como é a própria Internet. Este processo é em si mesmo muito eloquente quanto ao valor do *IGF* e, de forma notável, está a fornecer uma robustez e resiliência ao *IGF* que só redes abertas podem dar e que é inatingível por formas tradicionais de organizações hierárquicas baseadas em comando e controlo institucional.

Sessão de Abertura

Luis Magalhães, Presidente da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP

A **Governança da Internet** envolve uma multiplicidade de políticas públicas, incluindo sustentabilidade, robustez, segurança e estabilidade da Internet, liberdade de expressão e protecção da privacidade, gestão do DNS – *Domain Name System*, promoção do multilinguismo, criação de um ambiente propício ao desenvolvimento da Internet e aos seus impactos positivos na sociedade e na economia incluindo o reforço da inovação, protecção do consumidor, acesso crescente a conectividade a preços razoáveis, neutralidade da Internet, promoção de educação e formação em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), e muitas outras.

A evolução permanente da Governança da Internet aponta para a necessidade de um debate aberto, mesmo quando não permite alcançar conclusões finais. Este debate é um processo em curso que reúne pontos de vista e preocupações de uma multiplicidade de actores e constrói entendimentos comuns e significados partilhados sobre assuntos da Governança da Internet.

O Forum incluiu uma intervenção convidada de Wolfgang Kleinwächter, Professor da Universidade de Aarhus, Dinamarca, e Conselheiro Especial do Presidente do *Internet Governance Forum (IGF)*, intitulada “*Governança da Internet – passado, presente e futuro*” e quatro sessões plenárias sobre os temas seguintes:

- 1) Liberdade, Privacidade e Segurança na Internet;
- 2) Neutralidade da Internet, Normas abertas e Inovação;
- 3) Futuro da Criação e Disseminação de Conteúdos;

- 4) Redes sociais – oportunidades e desafios.

Estes quatro temas permitem a identificação de problemas, o levantamento de questões e a exploração de ideias de pontos de vista diferentes e controversos relativamente a alguns dos assuntos mais relevantes dos temas da Governança da Internet. Espera-se que o debate prossiga a nível nacional noutras ocasiões.

Liberdade, Privacidade e Segurança na Internet – painel e debate com a audiência

Moderador: Alexandre Nilo Fonseca, Director de Marketing da Controlinvest e Presidente da Associação Portuguesa de Comércio Electrónico e Publicidade Interactiva

Luis Salvador Pisco, Departamento Jurídico, Associação Portuguesa para a Defesa dos Consumidores DECO

Luis Silveira, Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd)

Pedro Veiga, Presidente da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) e Professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Joaquim Vieira, Presidente do Observatório da Imprensa

O debate foi iniciado com o tema do *DNS – Domain Name System*, com o contributo da intervenção do Presidente da FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional, entidade responsável pelo *ccTLD – Country Code Top Level Domain* de Portugal, .pt.

A privacidade e a segurança sempre foram preocupações da FCCN na gestão do *DNS*. O Sistema *WHOIS* do domínio .pt disponibiliza informação sobre os detentores de domínios, respeitando a legislação nacional sobre protecção de dados. É necessária informação sobre os detentores de domínios por várias razões, técnicas e de responsabilidade civil. A FCCN registou a

base de dados *WHOIS* na Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) e disponibiliza-a ao público. Foi referido que quando o *DNS* foi criado o tamanho actual da Internet era impensável assim como os problemas de segurança associados, mas que actualmente é necessária uma rápida disseminação mundial do *DNSSEC – Domain Name System Security Extensions* para melhor garantia da verdadeira identidade dos sítios endereçados pelos utilizadores e a limitação do cibercrime e da vulnerabilidade da Internet a ameaças de segurança.

Por questões de segurança e resiliência, a FCCN mantém cópias dos servidores primários do *DNS .pt* em vários locais do mundo, assegurando uma infra-estrutura robusta e 100% disponível.

As comunicações digitais introduziram um novo paradigma, modificando o modelo tradicional de um-para-muitos/emissor-para-receptor para um modelo muitos-para-muitos/bidireccional. A legislação nacional e internacional não estava preparada para muitos aspectos desta mudança de paradigma. As pessoas estão agora mais envolvidas em lidar directamente com informação e assumem um maior poder através de *blogs*, redes sociais e outros instrumentos de comunicação de massa que aumentam a capacidade individual de participar na esfera pública e aprofundar a democracia. Actualmente, todos podemos ser jornalistas e comentar em espaço público as notícias publicadas diariamente. Não existe regulação da blogosfera, mas cada cidadão tem de ser capaz de analisar a credibilidade da fonte de informação e agir de acordo com a sua própria ética. Foi observado que precisamos de alterações na esfera pública, com as novas formas de interacção em sociedade facultadas pela Internet, uma vez que cada um pode ser produtor de informação e reagir à informação recebida, contribuindo para uma democracia mais aberta e participada.

Deverá prevalecer um equilíbrio apropriado entre privacidade e liberdade, mas torna-se difícil fazer cumprir a legislação na esfera digital. Vários riscos relativos à perda de privacidade foram sublinhados durante o debate, como a retenção de dados e a construção de perfis de utilizadores através de *cookies*, entre outros meios. A protecção da privacidade tem de envolver um forte enfoque na literacia, em particular através da introdução da literacia sobre os *media* nos programas escolares, dado que ainda há na sociedade um deficit de conhecimento sobre oportunidades e riscos na Internet. Uma melhor educação pode dar às pessoas o conhecimento sobre como melhor usar a Internet em seu benefício e fornecer condições para escolhas mais informadas de utilização e consumo. A literacia dos *media*, fortalecendo o conhecimento das pessoas sobre como lidar com a Internet e outros meios de comunicação e informação, é a forma mais eficaz de assegurar que a presença no ciberespaço é bem gerida.

A privacidade tem significados diversos para pessoas diferentes. Os actuais jovens serão os futuros adultos e, provavelmente, esses futuros adultos irão ter uma concepção de privacidade diferente da actual.

Os problemas associados à disponibilização de dados pessoais na Internet foram considerados no debate. Foi enfatizada a necessidade de existir um consentimento explícito para a libertação e circulação de dados pessoais, e a importância de promover a liberdade e o conhecimento do indivíduo para gestão da própria privacidade. A Directiva Europeia 95/46/CE foi mencionada como o texto de referência sobre a protecção de dados pessoais na União Europeia (UE). Esta directiva estabelece um quadro regulamentar que procura um equilíbrio entre um elevado grau de privacidade individual e a liberdade de movimento de dados pessoais, mas necessita de ser actualizada tendo em conta

os recentes desenvolvimentos tecnológicos e de utilização, incluindo os que advêm de Redes Sociais, Internet das Coisas e Computação em Nuvem.

A aproximação à regulação da protecção de dados não é idêntica globalmente, o que cria dificuldades e complexidade ao tratamento do assunto. Na UE há vários sistemas de registo de bases de dados com dados pessoais, enquanto o sistema de prestação de contas nos EUA se baseia em responsabilidade individual, formação de pessoal, auditorias internas e litigação. Os dados são tratados de forma diferente em diferentes jurisdições, identificando-se a necessidade de tratamento harmonizado num âmbito alargado.

Também foi sublinhada a importância da cooperação internacional para combater o cibercrime, evitando uma supervisão tipo “big brother” que trata cada utilizador da Internet como um potencial criminoso.

Intervenção Convidada: Governança da Internet – passado, presente e futuro

Wolfgang Kleinwächter, Professor na University of Aarhus, Dinamarca, Conselheiro Especial do Presidente do Internet Governance Forum (IGF)

A controvérsia da Cimeira Mundial da Sociedade da Informação (*WSIS – World Summit on Information Society*) da ONU, em 2003, começou nas seguintes questões: Qual é o papel dos governos na supervisão dos Recursos Críticos da Internet? Quem controla a Internet? Somos agora mais de 3 mil milhões de utilizadores da Internet e temos de ter formas de coexistência; quais são os papéis de Governança para gerir uma rede com milhares de milhões de utilizadores?

O conflito manifestou-se na altura entre as lideranças dos governos e do sector privado, e entre aproximações diferentes aos assuntos: China vs. EUA, UIT – União

Internacional de Telecomunicações vs. *ICANN – Internet Corporation of Assigned Names and Numbers*, definição estrita vs. definição lata de Governança da Internet.

O compromisso foi alcançado através da criação de um Grupo de Trabalho da ONU sobre a Governança da Internet (*WGIG – Working Group on Internet Governance*). Este grupo desenvolveu uma definição lata de Governança da Internet: “Governança da Internet é o desenvolvimento e a aplicação, por governos, sector privado e sociedade civil, nos seus respectivos papéis, de princípios, normas, regras, processos de decisão e programas partilhados que dão forma à evolução e utilização da Internet”. O enfoque passou para *multistakeholderism* e o *WGIG* identificou uma lista aberta de 18 temas de políticas públicas relacionados com a Governança da Internet. O *IGF – Internet Governance Forum* foi criado como espaço para essa discussão entre *multistakeholders*.

A *WSIS II*, em Tunes, em 2005, afirmou como princípios gerais o *multistakeholderism* e a soberania nacional sobre os *ccTLDs* e discutiu o papel dos governos na garantia da estabilidade e segurança da Internet. O período pós-Tunes (2006-2010) conduziu ao *Joint Project Agreement (JPA)* que foi assinado com o Departamento do Comércio dos EUA no final de Setembro de 2006 modificando o enquadramento da operação da *ICANN*. Mais recentemente, no final de Setembro de 2009, o *JPA* foi substituído por um novo acordo que estabeleceu um esquema de prestação de contas (*accountability*) da *ICANN* à comunidade global da Internet, designado por *Affirmation of Commitments (AoC)*.

Até agora houve 4 reuniões do *IGF* – Atenas (2006), Rio de Janeiro (2007), Hyderabad (2008), Sharm el Sheikh (2009) – a que cresceram *IGFs* regionais e nacionais que apareceram em resposta ao movimento do *IGF* global, e o 5º *IGF* está programado para Vilnius, Lituânia, em Setembro de 2010. No contexto da UIT houve a Resolução 102 em

Antalya, em Novembro de 2006, e está programada a Conferência Plenipotenciária de Guadalajara para Outubro de 2010.

Nos contextos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da União Europeia (UE) e do Conselho da Europa (CoE), vários aspectos de Governação da Internet, incluindo o *IGF*, foram considerados em reuniões de alto nível como na Conferência Ministerial da OCDE sobre Economia da Internet (Seul, República da Coreia, Julho de 2008), na Declaração de Granada do Conselho Informal da UE de Ministros Responsáveis pela Sociedade da Informação (Granada, Espanha, Abril de 2010), na Agenda Digital para a Europa 2010-2020 lançada pela UE como iniciativa emblemática da Estratégia 2020 da UE (Maio de 2010) e na Resolução sobre Governação da Internet e Recursos Críticos da Internet “*A new notion of media?*” da 1ª Conferência de Ministros Responsáveis pelos *Media* e Novos Serviços de Comunicação do CoE (Reykjavik, Islândia, Maio de 2009). No contexto da ONU, o assunto recebeu atenção nos Relatórios do Secretário-Geral da ONU (Março de 2009 e Maio de 2010). Também foi tratado na Declaração de La Granja do 5º Fórum Ministerial UE – América Latina e Caraíbas sobre a Sociedade da Informação (La Granja, Espanha, Março de 2010).

A agenda da *ICANN* tem estado principalmente focada em segurança e estabilidade da Internet, novos nomes de Domínios de Topo (*TLDs – Top Level Domain names*), nomes de Domínios Internacionalizados (*IDN – Internationalized Domain names*), transição de *IPv4* para *IPv6* associada à proximidade da exaustão dos endereços *IPv4*, base de dados *WHOIS*, e o *At-Large Advisory Committee (ALAC)*. A agenda do *IGF* tem sido orientada principalmente para estreitar o fosso digital, defender a liberdade de expressão e o multilinguismo, assuntos de privacidade e segurança, e recursos críticos da Internet.

O futuro do *IGF* está presentemente a ser discutido dado que o respectivo mandato termina em 2010. Houve um processo de consulta com *stakeholders* no 4º *IGF* em Sharm el Sheikh, no Egipto, em Novembro de 2009, seguido de um Relatório do Secretário-Geral da ONU em Maio de 2010. A continuação do *IGF* encontrou a oposição de vários países, entre os quais China, Irão, Arábia Saudita, Síria, mas as expectativas actuais vão no sentido da extensão de mandato até 2015, com a adopção de melhorias. A decisão será tomada pela Assembleia-Geral da ONU no final de 2010.

O orador apresentou uma análise *SWOT* sobre o *IGF*, sublinhando o ponto forte de ser o espaço de discussão informal *multistakeholder* sobre Governação da Internet que abre pensamentos e vozes (“*minds and mouths*”) e explora as oportunidades do poder de inspiração. A actual ameaça é a possibilidade de “matar o bebé no berço” devido às grandes expectativas em torno deste processo de história curta.

Na intervenção foram definidas 6 funções desejáveis para o *IGF*: Observatório, Escola, “*Clearinghouse*”, Laboratório, “Cão de Guarda”, Escuteiro (sistema de alertas precoces).

Foram referidas algumas propostas para melhorar o *IGF*, como por exemplo a adopção de mensagens do *IGF* como produto das reuniões (processo similar ao adoptado pelo *IGF* Europeu, o *EuroDIG – European Dialogue on Internet Governance*), um Comité de Nomeação que identifique e recomende ao Secretário-Geral da ONU os membros do *MAG – Multistakeholders Advisory Group* (composto por 20 membros de governos, 20 do sector privado, 10 da sociedade civil e 10 da comunidade técnica, os quais são actualmente nomeados pelo Secretário-Geral da ONU sem qualquer mecanismo formal e transparente de propostas), e a criação de um comité para estudar o papel

do diálogo de *multistakeholders* no desenvolvimento de políticas globais.

Foram também partilhadas ideias sobre a necessidade de um maior envolvimento de governos e outros *stakeholders*.

Neutralidade da Internet, Normas Abertas e Inovação – painel e debate com a audiência

Moderador: José Dias Coelho, Presidente da Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) e Professor na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

Carlos Correia, Director de Regulação, Vodafone

Pedro Ferreira, Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM)

Pedro Oliveira, Coordenador dos programas avançados em Empreendedorismo e Gestão da Inovação e em Tecnologias de Telecomunicações e Informação, Professor na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa

Jean-Jacques Sahel, Director de Assuntos Governamentais e de Regulação para EMEA, Skype

Virgílio Vargas, IT Architect, IBM

Esta sessão focou-se no debate sobre a Internet aberta, em particular a neutralidade da Internet e a inovação aberta.

A discussão realçou que a penetração da Internet na população é muito relevante para o crescimento económico e para a sociedade. A Internet fornece benefícios a todos, desde operadoras e empresas de aplicações e serviços *Web* a consumidores e cidadãos. O tráfego da Internet está a crescer rapidamente, em particular através da disseminação de *smart phones* e outros meios de acessos móveis uma vasta gama de novos serviços disponibilizados por aplicações como as de e-saúde e e-transporte.

Os recursos de rede são sempre limitados. Houve um entendimento geral no debate de que é aceitável uma gestão razoável e minimalista de tráfego por razões técnicas e de segurança, mas que deve ser claramente restringida e absolutamente transparente. Verificou-se que não há qualquer relação identificável entre a neutralidade da Internet e o cibercrime, pelo que argumentos contra à neutralidade da Internet baseados nesta pretensa relação não são aceitáveis.

Foram consideradas as seguintes questões: Como está relacionada a distribuição de valor na cadeia de produção com as políticas de neutralidade da Internet, em particular tendo em conta os elevados investimentos das empresas de telecomunicações? Onde se encontra o ponto de equilíbrio? Relativamente a gestão de tráfego, como podem ser alcançados objectivos de natureza técnica e ao mesmo tempo assegurado que os conteúdos não são monitorizados? Poderá uma Internet não neutra levar à redução do número de operadoras no mercado?

Para evitar o congestionamento do tráfego, as operadoras têm várias opções, que incluem: aumentar a capacidade da rede, racionalizar o uso da Internet (através da oferta de pacotes diversificados), diferenciar o tráfego. Alguns participantes afirmaram que a priorização de tráfego irá sempre existir pois está intimamente relacionada com o modelo de negócio escolhido pelas operadoras, mas esta posição foi contestada por outros participantes.

Houve discussão sobre o tratamento dado por operadoras aos serviços de *VoIP – Voice over Internet Protocol*. Por um lado, as grandes operadoras de rede, pretendendo salvaguardar altos retornos dos seus investimentos, têm actuado de forma a dificultar os serviços de *VoIP* dado que frequentemente estes competem com os seus interesses directos em serviços de

comunicação telefónica. Por outro lado, empresas *Web* / fornecedoras de conteúdo não querem que os novos serviços Internet fiquem dependentes das operadoras de redes de comunicação. Alguns dos participantes consideraram que estas empresas são vítimas de discriminação (como bloqueio, degradação de serviço, cobrança excessiva). Além disso, se as operadoras puderem discriminar ou priorizar o tráfego à sua vontade, os utilizadores serão privados de uma parte substancial do que a Internet poderia oferecer. As operadoras vendem o acesso à Internet para os utilizadores terem acesso a serviços múltiplos. Contudo, em alguns casos os consumidores não têm acesso a serviços como os de *VoIP*, mesmo quando assinam pacotes *triple play*. Os consumidores são levados a escolher uma oferta de acesso à Internet mais cara que acaba por fazer com que o serviço de *VoIP* não seja rentável.

Alguns participantes afirmaram que a Europa é o pior lugar para se inovar na Internet, tendo em conta que certas operadoras de telecomunicações dificultam a utilização de certos serviços.

Foi apontado que o novo Quadro Regulamentar Europeu das Telecomunicações, em fase de transposição e adopção a nível nacional, oferece uma boa base para lidar com a neutralidade da Internet, apesar de este assunto ainda vir a ser objecto de futuras directrizes. O quadro salvaguarda a transparência, a qualidade de serviço, a concorrência, e admite a possibilidade de gestão de tráfego e da adopção de acções para lidar com a segurança e a utilização ilegal da Internet. A Comissão Europeia lançou recentemente uma consulta pública sobre a neutralidade da Internet que decorre até final de Setembro com vista a obter contributos para a preparação de legislação relativa à neutralidade da Internet que deverá ser apresentada na primeira metade de 2011.

Alguns participantes sublinharam que a Internet aberta é uma plataforma global para a inovação, em particular para a inovação orientada para o utilizador.

Um número crescente de comunidades de utilizadores também está a desenvolver novos produtos de forma colaborativa. Foi argumentado que as empresas têm de facultar um certo grau de abertura (plataformas e normas) para facilitar a inovação pelos utilizadores. A Internet aberta foi considerada ser de interesse público.

Foi debatido se a Internet aberta se está a tornar numa Internet mais ou menos cara, e se uma Internet não neutra conduzirá a uma Internet para os ricos e outra para os pobres. Foi também mencionado que a Europa tem sido menos favorável a uma Internet aberta que os EUA.

A importância da Internet aberta para a inovação e para novos negócios foi destacada, com referência às consequências positivas do software de código aberto (*open source*) e de normas abertas, bem como da partilha aberta do conhecimento e da informação, em particular sob licenças *Creative Commons*.

Futuro da criação e disponibilização de conteúdos – painel e debate com a audiência

Moderador: Luis Magalhães, Presidente da UMIC
Miguel Carretas, Director-Geral da Audiogest
Pedro Berhan da Costa, Director do Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS)
Ivan Franco, Director de I&D da YDreams
António Granado, Jornalista e Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Lucas Serra, Director do Dep. Jurídico e Assessor da Administração da Sociedade Portuguesa de Autores
Pedro Wallenstein, Presidente da Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes e Executantes, e músico contrabaixista na Orquestra Sinfónica Portuguesa

Uma das ideias avançadas foi a de estarmos a atravessar uma nova Renascença, com pessoas a inventarem novas formas de expressão como novos instrumentos musicais electrónicos, ou novas formas de expressão através da Internet. Também, foi salientado o papel da Internet de aumentar a possibilidade das pessoas fazerem por elas próprias variadíssimos tipos de actividades e produtos, com uma referência explícita à ideia de *FabLabs* que se desenvolveu a partir do *MIT*, marcando uma revolução na forma de inovação e criação colaborativa. Esta comunidade de "faça você mesmo" é extremamente poderosa e conduz a novos modelos de negócio e novas cadeias de valor de grande importância.

O resto da discussão focou-se principalmente nos aspectos positivos e negativos da criação e disseminação de conteúdos no ambiente digital.

Por um lado, foi reconhecido que a Internet revela um novo paradigma: é uma plataforma única de distribuição em massa que permite o acesso generalizado a conteúdos culturais e criativos. A Internet representa uma oportunidade única para os artistas e criadores promoverem e disseminarem os seus trabalhos, tornando-os acessíveis a qualquer hora e em qualquer lugar. Ao mesmo tempo, a Internet oferece novas ferramentas para criar trabalhos inovadores. Transforma o modo como aprendemos ao oferecer amplas possibilidades de partilha de conhecimento e informação. Foram mencionadas várias experiências em todo o mundo de projectos comunitários de sucesso de laboratórios abertos de inovação e conhecimento. Houve um consenso de que existe uma ampla oportunidade para obter benefícios adicionais do tremendo potencial oferecido pela Internet.

Por outro lado, alguns participantes afirmaram que as vendas digitais e o valor total do mercado da música diminuiram e que a utilização ilegal de conteúdos culturais e criativos no ambiente digital tem

afectado negativamente os autores e a indústria. Alguns participantes, apontaram que a Internet tem invertido a cadeia de valor dos conteúdos culturais e criativos. Já não se pode tomar como certo que um trabalho pertence ao seu autor, e a separação entre criador/autor e utilizadores/consumidores de conteúdos criativos e culturais tem sido reduzida. Foi salientado que está a generalizar-se na sociedade a percepção de que utilizar o trabalho de alguém no ambiente digital é permitido em princípio a não ser que seja explicitamente proibido pelo proprietário, em vez do inverso.

Foram consideradas várias perguntas sobre direitos de propriedade intelectual e direito de cópia (*copyright*) no mundo digital: Quais são os modelos de responsabilidade legal, especialmente para os intermediários que ganham economicamente? Como podemos potenciar projectos inovadores? Que modelos de negócio de exploração *online* de conteúdos culturais e criativos poderiam possibilitar ao criador/artista obter uma remuneração justa do seu trabalho e investimento, bem como o controlo da utilização das suas obras na Internet?

A Internet alterou substancialmente a partilha de valor na cadeia de produção e distribuição de conteúdos anterior. A compensação que costumava fluir para os autores está agora a fluir para os operadores de comunicações ou para outros intermediários da Internet. Alguns participantes destacaram que as receitas de publicidade baseada em conteúdos não estão a ser distribuídas de forma justa aos autores/criadores, o que pode conduzir a desencorajar a criação.

Também foi referido por alguns participantes que vários modelos legais de negócio no sector da música têm provado funcionar equilibradamente, mas foi afirmado que os sectores de cinema e fonográfico têm de ser diferenciados e tratados de maneira diferente. Foi referido que a indústria do cinema dos EUA segue

uma estratégia combinada incluindo esquemas com e sem Internet para amortizar os custos e aumentar os lucros.

A discussão também mostrou que hoje em dia as bases de informação jornalística vêm frequentemente da Internet e há uma dificuldade crescente de identificar as fontes dessas informações.

Em particular, foi mencionado que os jornalistas e os *media* utilizam muitas vezes conteúdos criados pelos utilizadores que encontram na Internet sem qualquer autorização dos autores (*e.g.*, comentários feitos por utilizadores de Internet sobre notícias *online*, fotografias, etc.).

Algumas das questões levantadas foram: Quais são os limites ao que os jornalistas podem publicar? A quem pertencem as notícias na Internet?

Houve algumas críticas à escassa disponibilidade de arquivos de *broadcasting* para os investigadores e sobre a obscuridade em torno da utilização dos resultados de investigadores.

Finalmente, o impacto da crise económica e as restrições do orçamento público para a produção de conteúdos criativos e culturais foram mencionados, dado que as actividades culturais dependem fortemente de financiamento público. Houve algum consenso dos participantes de que o Estado tem dificuldades em adaptar-se às novas realidades, nomeadamente à evolução da Internet. A necessidade de um debate a nível europeu sobre o papel da televisão pública na produção de conteúdos da Internet foi também considerada.

Redes Sociais: oportunidades e desafios – painel e debate com a audiência

Moderadora: Ana Cristina Neves, Responsável por Relações Internacionais da UMIC

Gustavo Cardoso, Lisbon Internet and Networks Institute (LINI), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), e ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Angus Cheong, Director do Macau Internet Project e do ERS e-Research Lab, e Professor na Universidade de Macau, China

William Dutton, Director do Oxford Internet Institute, University of Oxford, Reino Unido

Scott Ewing, Swinburne University of Technology, Austrália

Sergio Godoy, Pontificia Universidad Católica de Chile

Indra de Lanerolle, Media Observatory, University of Witwatersrand, África do Sul

Esta sessão foi organizada num formato diferente das restantes, tirando partido do Forum ter sido organizado junto à reunião anual do *World Internet Project (WIP)* que reuniu peritos da utilização da Internet vindos de vários países de todos os continentes. Uma vez que as redes sociais são um desenvolvimento relativamente recente, considerou-se mais útil vê-las na perspectiva dos investigadores de diversos pontos do globo (literalmente de todos os continentes) do que apenas da perspectiva de Portugal.

Na verdade, um dos resultados claros da discussão é que o uso das redes sociais é muito diverso em diferentes locais do mundo. Por exemplo, em Hong Kong e Macau a maior utilização das redes sociais pelos utilizadores é para jogos, um tipo de aplicação muito pouco utilizada em todos os outros países representados no painel, com a curiosa excepção de Portugal, em que os jogos incluem o 2º grupo de aplicações com maiores taxas de utilizadores no questionário deste ano do *WIP* (no intervalo de 42%-48% dos utilizadores de redes sociais: *chatting*, procura de amigos, criação de álbuns de fotografias, jogos), imediatamente abaixo da aplicação mais utilizada (84% dos utilizadores de redes sociais: troca de mensagens).

A importância de considerar os três “Pânicos da Internet” relacionados com as redes sociais, que começou o debate sobre os desafios e a necessidade de mais informação sobre este assunto. Foi sublinhado que os três “Pânicos da Internet” são enganosos.

O primeiro falso pânico mencionado foi a *Associação do Uso da Internet ao Isolamento dos Indivíduos*, e o debate conduziu à conclusão que a Internet não tem um impacto tecnológico determinista sobre a sociabilidade e que os utilizadores da Internet até são mais sociáveis do que os não-utilizadores. O correio electrónico tornou-se central, desde a sua adopção, mas as redes sociais ainda aprofundaram mais o papel social da Internet.

Em segundo lugar, foi focada a *Desconfiança dos Sítios das Redes Sociais*, como o Facebook. Neste sentido, vários estudos têm mostrado que a confiança na Internet é em larga medida função da experiência de utilização. As pessoas que nunca usaram a Internet têm menos confiança nela do que as que a usaram, mesmo se acabaram por a rejeitar. Da mesma forma, a desconfiança sobre os sítios das redes sociais encontra-se relacionada com a falta de experiência com a utilização da Web 2.0. O pânico sobre os sítios de redes sociais pode ser enfrentado através de campanhas de informação e utilização informada para que os utilizadores possam desenvolver uma melhor avaliação dos custos e benefícios de utilização, estejam melhor preparados para as utilizarem bem e desenvolvam uma melhor apreciação das suas potencialidades.

Em terceiro lugar, o debate focou-se no combate ao pânico da *Privacidade nos Sítios das Redes Sociais*, baseado na proliferação das informações pessoais *online*. E esse pânico tem de ser analisado de um ponto de vista diferente, dado que as pessoas que aprendem a utilizar os sítios das redes sociais terão expectativas maiores sobre a

sua capacidade de regular o acesso à informação e determinarem o que pretendem que família, amigos e quaisquer outros saibam. As expectativas sobre a regulação do acesso a informação (*online*) podem ter todos os inconvenientes e subtilidades que ocorrem no quotidiano *offline*. As pessoas têm sido capacitadas com escolhas para bloquear a informação do seu perfil e decidir sobre quem vê e o que vê *online*. Foi mencionado que se analisarmos cuidadosamente onde a nossa privacidade é mais violada, verificaremos que não é na Internet mas directamente através de familiares e amigos.

Não só as pessoas, mas também as empresas se preocupam sobre o que é dito acerca delas na Internet, uma vez que o mercado é claramente afectado pela sua reputação *online*. O alcance da Internet vai além da publicidade e do *marketing*. A Internet aumenta a relevância das opiniões de outros *stakeholders* sobre um negócio, tais como empregados, clientes e investidores.

As redes sociais são agora essenciais para assegurar a sustentabilidade empresarial, á semelhança da teoria dos *stakeholders* e da gestão de *stakeholders* em organizações, tanto não-lucrativas como lucrativas, públicas ou privadas. Os desafios são: Como equilibrar os interesses legítimos de todas as partes envolvidas na ligação *stakeholder-organização* e prevenir os abusos empresariais? Como conciliar a regulação, co-regulação e o alcance global das empresas multinacionais neste campo?

Foi apontado que muitas ONGs têm revelado capacidade para utilizarem as redes sociais *online* para mobilização de pessoas e para mostrarem os seus interesses ao público geral.

A mudança constante no ambiente das redes sociais coloca um desafio complexo aos legisladores, aos *media* tradicionais e também aos investigadores. É difícil seguir as mudanças diárias. As redes sociais não são apenas utilizadas como repositórios

online, mas também para enviar convites, para jogar, etc. Referiu-se o exemplo do estudo de Macau em que 70% dos utilizadores do *Facebook* em 2009 usaram-no para jogos e foi sublinhado um número igualmente elevado em Hong Kong.

As experiências *online* são reflexos do nosso quotidiano. Por exemplo, o *cyber-bullying online* existe porque também existe nos recreios – “*A Internet não é complicada, é como o telefone (um media), mas o que se passa lá pode tornar-se complicado*”. Um ponto referido sobre o *cyber-bullying* é que talvez receba mais atenção do que o *bullying* tradicional por ser um fenómeno rastreadável.

As redes sociais estão-se a tornar estruturas visíveis: têm grandes consequências económicas, podem aumentar o valor profissional dos indivíduos, têm o poder de estabelecer pontes entre pessoas e organizações, aumentam fortemente a interacção das pessoas com as famílias e os amigos, podem melhorar a vida das pessoas. Por isso, os pânicos das redes sociais, como os pânicos da Internet, têm de ser devidamente contextualizados.

Foi destacado que normalmente temos uma boa ideia sobre as pessoas que conhecemos, mas em geral não temos qualquer ideia sobre os conhecidos das pessoas que conhecemos bem. As redes sociais tornam estas ligações visíveis e permitem-nos obter o conhecimento sobre as pessoas que conhecemos bem que não estaria disponível de outra forma.

No estudo dos efeitos das redes sociais é importante uma focagem no processo de partilha com as pessoas que definimos como amigas.

Foi identificado o problema da tentativa de compreender a utilização da Internet através de paradigmas antigos relacionados com os *mass media* tradicionais e a comunicação jornalística, e a necessidade de desenvolver um novo enquadramento apropriado à utilização da Internet. Em

particular, para conceber quadros de governação para redes sociais é provavelmente mais útil usar o paradigma da interacção social mediada, tal como na audiência deste fórum, do que o paradigma dos meios de comunicação de massa tradicionais.

A ideia de que as pessoas são descuidadas relativamente à sua privacidade nas redes sociais é contraditada pelos dados de inquéritos que demonstram que a grande maioria dos utilizadores das redes sociais relacionam-se com pessoas que já conhecem, como família e amigos (em Portugal, 78% dos utilizadores das redes sociais). Outro ponto baseado nos dados de inquéritos é que as redes sociais aumentaram fortemente o número de pessoas com quem cada pessoa se relaciona através da Internet (em Portugal, 49% dos utilizadores das redes sociais possuem mais de 100 pessoas nas suas listas quando antes do aparecimento das redes sociais as pessoas reportavam que se relacionavam pela Internet com menos de 50 pessoas). A Internet é uma invenção e uma reinvenção *bottom up*, pelo que é diferente e será sempre diferente de outras formas de comunicação, e um pouco caótica.

Outro ponto que foi levantado é que os governos deveriam envolver-se mais nas redes sociais, mas a maioria das instituições governamentais não sabem como utilizar as redes sociais. A ideia principal foi que a maioria das instituições não conhecem as regras de participação nas redes sociais e não sabem como responder a perguntas “traíçoeras” (“*tricky*”) *online*. Por outro lado, alguns políticos, a nível individual, têm tido sucesso individual na tentativa de serem ouvidos neste contexto *online* e a sociedade civil usa constantemente as redes sociais para resolver problemas (o caso do derrame de petróleo no Golfo do México foi mencionado como exemplo, tal como os acordos cooperativos que foram realizados para as pessoas regressassem a casa aquando do encerramento do tráfego aéreo

na Europa devido às nuvens de cinza do vulcão na Islândia em Abril 2010). No entanto, uma dificuldade inevitável é o facto de não ser natural para as instituições

publicas envolverem-se em diálogos privados com os seus cidadãos e a interacção através das redes sociais requerer esse tipo de interacção.